

Conter a especulação

Foi bem afirmativo o Presidente da República no recado que acaba de dar aos setores produtivos que pretendam aumentar os preços de mercadorias ou de serviços, como forma de compensar aumentos salariais, ou ganhos de produtividade. O Governo, segundo FHC, vai cortar o crédito dessas empresas e agir com muito rigor, em termos de fiscalização, com os instrumentos de que dispõe, a fim de assegurar que os aumentos salariais não sejam devorados em seguida por reajustes descabidos de preços, como ocorria nos velhos tempos da inflação galopante.

Trata-se de oportuna advertência, tanto mais que chega na hora em que se baixa medida provisória de desindexação da economia e de livre negociação salarial. Para muitos setores econômicos, infelizmente mal-acostumados pelas décadas de inflação alta, a desindexação da economia é vista como uma espécie de "sinal verde" para aumentar preços e praticar o tipo de abusos que bem entenderem. Não é, em absoluto. E o duro recado do Presidente da República tem o dom de fazê-los se lembrar disso.

É claro que a opinião pública espera que o Governo seja o primeiro a dar o exemplo, impedindo reajustes de suas próprias tarifas. Nesse sentido, o secretário de Acompanhamento Econômico do Ministério da Fazenda, José Milton Dallari, o "xerife" dos preços já mandou um aviso bem claro a quem interessar possa: os órgãos públicos só poderão reajustar tarifas — energia elétrica, combustíveis, telecomunicações — depois que apresentarem planilhas de custos e de produtividade que justifiquem aumentos. E já se apressou também em explicar que recente reajuste de 6% aos produtores de álcool não será repassado aos consumidores, mas absorvido pelos diversos setores que compõem essa atividade agroindustrial.

Por outro lado, há más notícias no campo do consumo popular, por conta de alta de preços no mercado internacional. É o que sucedeu com o trigo importado. Em consequência, são esperados reajustes para massas, biscoitos. Além disso, a entressafra de todos os anos, velha conhecida dos consumidores, vai motivar outro aumento em artigo de primeira necessidade: a carne.

Apesar dessas más notícias, que são fruto de conjuntura econômica perfeitamente explicável e até justificável, tem de ser muito forte a disposição do governo FHC de defender a moeda contra os aumentos descabidos, oportunistas e inexplicáveis. É preciso que a palavra do Presidente da República seja seguida por atos concretos por parte da máquina administrativa do poder Executivo, que ele chefia e comanda. Não dá para ser tolerante com setores da economia que zombam do Plano Real e se aproveitam de fatos mal-explicados à opinião pública, como a desindexação da economia, para cometerem abusos.

A situação é tanto mais perigosa quando se sabe das providências da oposição junto ao Poder Judiciário para tentar derrubar a medida provisória da livre negociação salarial. A impressão que fica junto a amplos setores da população é que o Governo liberou preços mas submeteu a negociação salarial a uma liberdade que é mais teórica do que prática.

Não é bem assim. Mas como a medida provisória não foi suficientemente explicada à população, disso se aproveitaram os opositoristas para uma agitação junto ao STF, que é parte do jogo democrático. O que não faz parte do jogo é o oportunismo dos aumentos de preços. E para isso, espera-se uma firme atuação do Governo, na esteira da oportuna advertência feita pelo próprio Presidente da República.